

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, REALIZADA EM 26(VINTE E SEIS) DE MARÇO DE 1984 (MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO).

Aos 26(vinte e seis) dias do mês de março de 1984(mil novecentos e oitenta e quatro) reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 470(quatrocentos e setenta), sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO. Presentes os Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIN MORAES FILHO, HEBER SOARES VARGAS, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, MAURO ONIVALDO TICIANELLI, NABOR CESAR SIQUEIRA e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em assuntos gerais o Senhor Presidente justificou a ausência dos Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, EVERARDO DA CUNHA LUNA e RENÉ ARIEL DOTTI, estando representados por seus Suplentes, cujos nomes foram declinados no elenco de presenças. Prosseguindo o Senhor Presidente informou ao Plenário, sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 16(dezesseis) de fevereiro a 23(vinte e três) de março último. Abrindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Colendo Conselho, a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, para emitir parecer sobre o ofício nº 346/04/02/84, oriundo da FUNABEM e dirigido ao Senhor Secretário Geral do Ministério, em que enfoca atribuições daquele órgão e do Projeto de Departamento Nacional do Menor Infrator, recentemente aprovado pelo CNPP. O exame do tema realizado pelo Relator foi bastante abrangente ao considerar os vários diplomas pertinentes ao assunto, quer quanto ao Projeto de Lei de Execução Penal, ao estudo do DEPEN que enumerou os vários princípios da política tutelar do Menor Infrator, entre os quais o "da substituição das medidas punitivas pelas medidas educativas" e, ainda, tudo aquilo que a ONU recomenda através de suas estruturadas Resoluções. Enfatizou a ampliação do Egrégio Conselho no domínio da política penitenciária nacional sob dois aspectos: "a) privilegiou a prevenção sobre a repressão, ao ressaltar a reinserção social como obstáculo à reincidência; b) e a execução penal, além das medidas privativas da liberdade, abrangem ainda as medidas alternativas à prisão, os novos estabelecimentos e serviços penitenciários, como os novos órgãos da execução, com a especialização do juiz da execução penal. Há, pois, uma evidente aproximação do conteúdo científico do direito penitenciário com o direito do menor, que se configuram com a contribuição da Criminologia Clínica". Justificou a criação do Departamento Nacional do Menor Infrator, considerando que a magnitude do problema do menor carente ou com desvio de conduta, não poderá limitar-se ao domínio de um só Ministério nem tratado por organismos dispersos em vários Ministérios, sem articulação funcional. Concluiu por fim, com o devido respeito, pela improcedência da oposição levantada pela FUNABEM. Colocada a matéria em discussão, foi o parecer aprovado por unanimidade dos presentes, com votos de louvor propostos pelo Senhor Conselheiro HEBER SOARES VARGAS. E no momento, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO e ANTÔNIO ZAPPALÁ, que redigissem o documento que colaborasse com a resposta do Senhor Secretário Geral do Ministério, à FUNABEM. Estando presente à reunião o Senhor Secretário Geral, opinou favoravelmente ao parecer e a conclusão do Senhor Presidente do CNPP. Aquele momento, o Senhor Presidente suspendeu a sessão para acompanhar o Senhor Secretário Geral, a caminho de seu Gabinete. Retomando os trabalhos o Senhor Presidente passou a pa-

lavra novamente ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, nesta oportunidade para dar conhecimento ao Plenário das inspeções realizadas nos Estados de Pernambuco(Penitenciária Barreto Campelo) e no Estado da Paraíba. Ao ressaltar as irregularidades existentes, o relator sugeriu ao Senhor Presidente que a matéria fosse distribuída para apreciação e sugestão. Em atendendo, o Senhor Presidente distribuiu o levantamento de Pernambuco ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ e, da Paraíba, ao Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, que em próxima reunião emitirão parecer ao CNPP. Além disto o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, apresentou os seguintes relatórios: a) Encontro Nacional sobre o Sistema Penitenciário, realizado no Ministério da Justiça em 1983, distribuído aos Senhores Conselheiros HEBER SOARES VARGAS e MAURO ONIVALDO TICIANELLI; b) Atividades desenvolvidas pelo DEPEN, em 1983, distribuída ao Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, e c) Atualização do conteúdo programático das disciplinas dos cursos destinados ao pessoal penitenciário, distribuído ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ. Ainda com a palavra o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA deu conhecimento ao Egrégio Conselho sobre o expediente procedente do Senhor Superintendente da SUDAM, relativo à Política Criminal Nacional na Amazônia Legal. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, que emitiu o parecer que se segue sobre a matéria nascente no DEPEN, relativa a PROJETO-PADRÃO PARA DELEGACIAS DE PEQUENO PORTE. "01. A 01 de junho de 1983, o Diretor Substituto da Divisão de Análise e Acompanhamento de Projetos (D AAP), do Depar-

tamento Penitenciário Federal(DEPEN), por via do memorando nº 38, submeteu à consideração do Diretor Geral, trabalho, executado pela aludida Divisão, sobre a construção de Cadeias Públicas ou Delegacias de Polícia de pequeno porte. 02. O Diretor Geral do Departamento Penitenciário Federal(DEPEN), a 10 de junho, mediante o ofício nº 1.176, encaminhou o estudo, para apreciação, ao Conselho Nacional de Política Penitenciária (CNPP); tendo sua Presidência, a 20 do mesmo mês, mo encaminhado para exame e parecer, o qual ora presto. 03. Visa o projeto a vir a se constituir em padrão, a oferecer-se às unidades federativas, que desejam construir Delegacias de Polícias ou Cadeias Públicas, em pequenas cidades, ou mesmo em regiões metropolitanas, destinadas - diz o referido memorando nº 38 - ao recolhimento provisório de presos. 04. "A sugestão de disposição em planta", denominação que se deu ao memorial descritivo, veio muito bem lançada. Ostenta a preocupação do autor com as Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas(ONU) e com as Recomendações Básicas do Ministério da Justiça. Caso me fosse lícito estranhar alguma coisa, com vistas à manifesta carência minha de conhecimentos de engenharia prisional, seria o quanto se aponta a seguir: 1. Tudo indica que, ao se elaborar o "projeto piloto", pensou-se, apenas, no preso processual penal. Na qual que se encontra sob prisão em flagrante, preventiva, por efeito de pronúncia, ou ainda, por virtude de sentença condenatória apelada. A Polícia, contudo, não só prende em razão dos motivos indicados. Existem outras hipóteses legais de prisão, nascentes nas leis civis, comerciais e administrativas. Eis, alguns exemplos: -arts. 20 e 284, do Cód. Comercial; -art. 1.º 87, do Cód. Civil; -art. 19, do Dec. Lei nº 3.415, de 10 de julho de 1941; -arts - 319, 320 e § 29, do art. 650, do Cód. de Proc. Penal; -arts. 35, 37, § 19, do art. 60, §§ 59 e 79, do art. 69, da Lei de Falências(Dec. Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945); -art. 214, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União(Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952); -art. 375, do Regime Jurídico dos Funcionários Policiais Civis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal(Dec. nº 59.310, de 23 de setembro de 1966); -inc. 111, do art. 40, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União(Dec. Lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967); -art. 19, da Lei de Alimentos(Lei nº

5.478, de 25 de julho de 1968); -art. 39, do Dec. Lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969, com a nova redação, que lhe deu o Dec. Lei nº 1.104, de 31 de abril de 1970; -art. 662, § 19, do art. 733, arts. 885 e 886, §19, do art. 902, e pará. único, do art. 904, do Cód. de Proc. Civil; -art. 69, do Estatuto do Estrangeiro(Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980). Devemos, de outra sorte, recordar a custódia dos ebríos e dos alienados, que se contém no dever vigilância das autoridades policiais. Cabe, também, aludir aos menores de dezoito anos, aos quais se atribui a autoria de infração penal. Podem eles restar, ainda que por tempo efêmero, nos Distritos Policiais, seja porquanto sua apresentação imediata ao Juiz de Menores emerge impossível; seja porque a infração é grave e deles depende a apuração do fato, bem assim de eventual concurso de pessoas (§§ 29, 39 e 49, do art. 99, da Lei nº 6.697/79). Tais categorias de indivíduos não de ficar em dependências, separadas daquelas, que se destinam aos chamados presos provisórios. O projeto, entretanto, não prevê esses lugares. Não se diga que basta só apartá-los em celas diversas. Na mesma carceragem, ou ala, parece não convir estarem os alienados e os mentalmente rígidos; os devedores de prestação alimentícia e os infratores de lei penal; os menores e os maiores de dezoito anos. Sem distanciar os presos provisórios, ou processuais, das outras categorias, sempre aflorariam riscos à integridade física e moral dos mais frácoos (§ 14, do art. 153, da Const. da Emenda nº 1/69); abstração feita de prováveis quebras da necessária disciplina. 11- Os mesmíssimos fundamentos aproveitam, agora, para observar que nada se estatuiu em relação às mulheres. As carceragens precisam vir dispostas de maneira a que existam nelas corredores separados. Uns que sirvam para homens e outros para mulheres. Assim, se lhes atalhando a comunicação. A convivência prisional de ambos, ao que se sabe, não foi além da tênue experiência norte americana. 111- No respeitante aos "aspectos gerais"(item 4.1), o trabalho minudência, que "os muros externos, de divisa, deverão ter 6 metros de altura"(sic). Não alude a quantos metros há de possuir de profundidade. Tal ausência importa, quando se questiona sobre a segurança da Cadeia Pública e sobre o custo da construção. Talvez, e em certos lugares, coubesse cogitar de um sistema conjugado de alambrados e fosso, para baratear o custo. 1V- Ainda, no referente aos "aspectos gerais"(item 4.22), se diz que "a cablagem elétrica, os quadros e caixas de passagem enterradas, devem ser especialmente protegidos com tranças de segurança e cadeados, bem como os reservatórios d'água"(sic). Nada mais certo. Importaria, entretanto, deixar evidente, no projeto, a localização dos pontos vitais de controle de força e água, postos, sempre, bem próximos da administração. Não surge suficiente pô-los longe de presos e custodiados, visto que a preocupação é com eventual motim, mas também com possível arrebatamento de presos, ou promoção externa de fuga(arts. 351, 353 e 354, do Cód. Penal). 04. No mais, em cinco(05) folhas, quatro(04) partes e vinte e três(23) itens, o projeto-padrão de Cadeias Públicas e Delegacias de Polícia de Pequeno Porte deve merecer louvor. Cumpre, ate, lembrar de que o Projeto de Lei de Execução Penal(Mensagem nº 242/830) suscita as exigências mínimas, na construção de alojamentos para provisórios e condenados presos(art. 87 e seu pará. único c/c art. 103). O "estudo-piloto", sob exame, não distoa, também, de tais normas. É, pois, de meu parecer que venha a ganhar justa aprovação, com os pequenos e de importantes reparos, que ousei trazer a cognição do egrégio Conselho. De São Paulo para Brasília, 26 de março de 1984. Assinado S. Pitombo. Em discussão o Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO propôs a aprovação do Parecer com votos de louvor ao Relator, e, posteriormente, fosse a matéria encaminhada ao DEPEN, para adequação dos novos prédios projetados. A proposição em tela foi unanimemente aprovada pelo Colegiado. Em andamento o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, que concluiu parecer apresentado na sessão anterior, relativo à instalação de uma Subsele do ILANUD no Brasil, dando conheci-